



**INSTITUTO IBIRAPITANGA**  
**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro**  
**de 2020 e relatório dos auditores independentes**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Associados  
INSTITUTO IBIRAPITANGA

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO IBIRAPITANGA (o “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO IBIRAPITANGA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas ou revisadas por auditores independentes. Nosso relatório não abrange as demonstrações financeiras dessa data. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa 2.13 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras do Instituto do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados.



INSTITUTO IBIRAPITANGA

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.



INSTITUTO IBIRAPITANGA

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 29 de abril de 2021

ValorUp Auditores Independentes  
CRC 2SP028585/O-0 "S" RJ

André Luiz Corrêa  
Contador CRC 1SP198337/O-2 "S" RJ



**Índice**

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
3 Estimativas e premissas contábeis críticas	14
4 Instrumentos financeiros por categoria	15
5 Caixa e equivalentes de caixa	15
6 Títulos e valores mobiliários	16
7 Imobilizado	17
8 Intangível	18
9 Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18
10 Patrimônio líquido	19
11 Receita líquida	19
12 Doações	20
13 Despesas gerais e administrativas	22
14 Despesas com pessoal	22
15 Despesas tributárias	23
16 Resultado financeiro	23
17 Partes relacionadas	23
18 Provisão para contingências	23
19 Cobertura de seguros	24
20 Compromissos futuros	24
21 Trabalhos voluntários	24
22 Impactos do COVID-19	24

**Balço patrimonial em 31 de dezembro**  
 Em reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
			(reapresentado)				(reapresentado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.591.183	5.045.776	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	187.141	115.386
Adiantamentos a fornecedores			80.000				
Outros ativos		<u>17.855</u>		<b>Total do passivo</b>		<u>187.141</u>	<u>115.386</u>
		<u>45.609.038</u>	<u>5.125.776</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	10		
<b>Não circulante</b>				Patrimônio social		383.394.547	312.809.352
Realizável a longo prazo				Superávit acumulado		<u>31.645.480</u>	<u>70.585.195</u>
Títulos e valores mobiliários	6	369.433.952	378.171.969	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>415.040.027</u>	<u>383.394.547</u>
Imobilizado	7	183.288	210.831				
Intangível	8	<u>890</u>	<u>1.357</u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>415.227.168</u>	<u>383.509.933</u>
		<u>369.618.130</u>	<u>378.384.157</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u><u>415.227.168</u></u>	<u><u>383.509.933</u></u>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em reais**

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
			(reapresentada)
Doações	11	40.500.000	
Receita com trabalhos voluntários	21	268.274	
<b>Superávit bruto</b>		<b>40.768.274</b>	
<b>Despesas operacionais</b>			
Doações	12	(12.043.612)	(6.461.480)
Despesas gerais e administrativas	13	(1.103.777)	(909.911)
Despesas com pessoal	14	(2.250.858)	(1.641.884)
Despesas tributárias	15	(10.355)	(7.072)
Despesa com trabalhos voluntários	21	(268.274)	
<b>Resultado operacional</b>		<b>25.091.398</b>	<b>(9.020.347)</b>
Receitas financeiras	16	6.554.729	79.607.592
Despesas financeiras	16	(647)	(2.050)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>6.554.082</b>	<b>79.605.542</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>31.645.480</b>	<b>70.585.195</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (reapresentada)
<b>Superávit do exercício</b>	31.645.480	70.585.195
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>31.645.480</u>	<u>70.585.195</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Em reais**

	Nota	Patrimônio Social			Total
		Doações de associados fundadores	Resultados dos anos anteriores	Superávit acumulado	
<b>Em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado</b>					
Aumento de patrimônio social	10	100.000.000	12.312.588	40.496.764	152.809.352
Transferência para o patrimônio social - reapresentado	10	160.000.000	40.496.764	(40.496.764)	160.000.000
Superávit do exercício - reapresentado	2.13			70.585.195	70.585.195
<b>Em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado</b>	2.13	260.000.000	52.809.352	70.585.195	383.394.547
Transferência para o patrimônio social	10		70.585.195	(70.585.195)	
Superávit do exercício				31.645.480	31.645.480
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>260.000.000</u>	<u>123.394.547</u>	<u>31.645.480</u>	<u>415.040.027</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em reais**

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (reapresentada)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit do exercício</b>		31.645.480	70.585.195
<b>Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa:</b>			
Depreciação e amortização	7 e 8	37.517	35.755
Valor residual de bens do ativo imobilizado baixados	7	2.339	
		<u>31.685.336</u>	<u>70.620.950</u>
Variações nos ativos e passivos			
Adiantamentos a fornecedores		80.000	(80.000)
Outros ativos		(17.855)	40
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		<u>71.755</u>	<u>4.246</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>31.819.236</u>	<u>70.545.236</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	6		(160.000.000)
Resgates de títulos e valores mobiliários	6	15.000.000	
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários	6	(6.261.983)	(79.107.298)
Aquisições de imobilizado	7	<u>(11.846)</u>	<u>(8.990)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<u>8.726.171</u>	<u>(239.116.288)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento do patrimônio social	10		160.000.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>			<u>160.000.000</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		40.545.407	(8.571.052)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>5.045.776</u>	<u>13.616.828</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	5	<u>45.591.183</u>	<u>5.045.776</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 1 Informações gerais

#### 1.1 Contexto operacional

O INSTITUTO IBIRAPITANGA (“Instituto”) é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 8 de outubro de 2015, para duração por tempo indeterminado, com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

O Instituto tem por objeto a condução direta de projetos e o apoio a projetos conduzidos por outras entidades assemelhadas, de promoção de direitos humanos e inclusão social no Brasil, por meio principalmente de atividades culturais, educacionais e esportivas, assim como o apoio a projetos nas áreas de preservação ambiental e de desenvolvimento científico. Para tanto, o Instituto poderá:

- (i) Conceber, promover, realizar, apoiar ou patrocinar programas, projetos, eventos e pesquisas nas áreas social, de direitos humanos, educacional, cultural, esportiva e de meio ambiente;
- (ii) Atuar na área de ensino, podendo realizar eventos, cursos livres e capacitações;
- (iii) Promover, apoiar e favorecer, diretamente ou através de terceiros, publicações, por qualquer meio ou mídia, relativamente a qualquer uma de suas atividades, no âmbito nacional ou internacional;
- (iv) Contribuir para o desenvolvimento e difusão de metodologias, produtos e tecnologias relativos as suas áreas de atuação;
- (v) Promover a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- (vi) Incentivar, constituir e fortalecer projetos, redes e parcerias nacionais e internacionais em suas áreas de atuação;
- (vii) Promover a cultura e o desporto, inclusive com a realização de projetos culturais e esportivos enquadrados nas leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura e ao desporto;
- (viii) Estimular a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática, ética e pacífica, incentivando o pleno exercício da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e outros valores universais, favorecendo, sobretudo, a inclusão social;
- (ix) Acompanhar a formulação e a implementação de políticas públicas em suas áreas de atuação; e
- (x) Apoiar, inclusive mediante doações de qualquer espécie, programas e ações humanitárias e de assistência direta, em resposta a crises ou outras situações de vulnerabilidade crítica, motivadas por eventos naturais ou decorrentes de perturbações sociais ou políticas.

Em 31 de dezembro de 2020 o Instituto possui 2 associados fundadores, quais sejam:

- Walther Moreira Salles Junior; e
- São Vicente Representações e Participações Ltda.

O aporte inicial realizado pelos associados fundadores, em março de 2016, deu origem ao fundo patrimonial, representado integralmente por recursos financeiros, o qual permanecerá substancialmente aplicado em Títulos e valores mobiliários; como aplicações financeiras que deverão ser a principal fonte de recursos para consecução de seus objetivos sociais, por meio dos correspondentes rendimentos financeiros.

A emissão das demonstrações financeiras do Instituto foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2021.

**1.2 Administração**

O Instituto possui os seguintes órgãos de administração:

**(a) Assembleia Geral**

A Assembleia Geral, órgão soberano do Instituto, será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. A Assembleia será realizada, ordinariamente, uma vez por ano para:

- (i) Deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse do instituto;
- (ii) Aprovar a Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Atividades e as Demonstrações financeiras; e
- (iii) Eleger e destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

**(b) Conselho de Administração**

Composto por no mínimo 3 e no máximo 11 membros, sendo um Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, que exercerão suas funções durante mandato de 4 anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 6 meses e, extraordinariamente, mediante a convocação de qualquer um de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, sempre que necessário. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) Eleger os membros da Diretoria Executiva, nomear e destituir os membros do Conselho Consultivo;
- (ii) Aprovar, por proposta da Diretoria, a Programação e o Orçamento Anual e autorizar as receitas e despesas extraordinárias; e
- (iii) Definir a estratégia de atuação do Instituto, cumprir e fazer cumprir rigorosamente o Estatuto e as Decisões da Assembleia Geral.

**(c) Conselho Fiscal**

Compostos por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral, exercerão suas funções durante mandato de 4 anos, permitida a reeleição. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário. Compete ao Conselho Fiscal:

- (i) Examinar os livros de escrituração;
- (ii) Fiscalizar a administração econômica, financeira e contábil; e
- (iii) Emitir parecer sobre o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Diretoria Executiva.

**(d) Conselho Consultivo**

Órgão auxiliar composto por número ilimitado de membros, escolhido entre os associados ou por pessoa de notório saber em suas áreas de atuação, que possam contribuir tecnicamente com o desenvolvimento das finalidades do Instituto. Os conselheiros serão nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração. O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que necessário. Compete ao conselho:

- (i) Orientar trabalhos de pesquisas e opinar em projetos e programas; e
- (ii) Colaborar com a melhoria e aperfeiçoamento das atividades do Instituto e opinar sobre outras matérias que lhe sejam encaminhadas.

(e) Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do Instituto será constituída por um Presidente e até 2 Diretores, com as designações que forem definidas pelo Conselho de Administração quando da respectiva eleição. O mandato da Diretoria será de 2 anos, permitida reeleição. Compete à Diretoria do Instituto a administração executiva de suas atividades de modo geral, conforme definição do Estatuto social.

### **1.3 Aspectos tributários e previdenciários**

Presentemente, o Instituto está sujeito ao pagamento de contribuição ao: (i) Programa de Integração Social (PIS) - pagamento de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; e (ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento das contribuições devidas sobre a folha de pagamento de salários.

Por ser uma entidade civil sem fins lucrativos, o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no caso de suas operações ordinárias. Adicionalmente, também não está sujeito à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao PIS sobre suas receitas da atividade fim.

O Instituto também está sujeito ao recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os resgates de aplicações financeiras.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME (R1)). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados instrumentos financeiros ao seu valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

### **2.2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, e saldo de contas garantidas, quando aplicável.

### **2.4 Ativos financeiros**

#### **2.4.1 Classificação**

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

#### **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

#### **(b) Custo amortizado**

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

#### **2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Instituto tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, o Instituto mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.



### **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da entidade ou da contraparte.

### **2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment***

O Instituto avalia na data de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Instituto usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.5 Instrumentos financeiros derivativos**

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **2.6 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme divulgado na Nota 7.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

### **2.7 Ativos intangíveis**

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

**2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment***

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.9 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**2.10 Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**2.11 Reconhecimento da receita e apuração do resultado****Receita financeira**

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada ao Instituto, além de eventuais ajustes a valor de mercado.

**2.12 Demais receitas e despesas**

As demais receitas e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência.

**2.13 Reapresentação das cifras comparativas**

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, tiveram o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, reapresentados em função de ajustes e reclassificações para refletir: (i) as doações por ocasião do pagamento; (ii) as aplicações financeiras apresentadas na rubrica de Títulos e valores mobiliários no ativo não circulante; e (iii) o IRRF das aplicações financeiras por competência

Não obstante o IRRF ser devido por ocasião dos resgates nas aplicações financeiras; ou seja; por regime de caixa, seu valor pode ser estimado à partir dos rendimentos financeiros contabilizados, por competência. Ademais, tendo em vista a ausência de perspectiva de recuperação do importo retido no âmbito da natureza jurídica e atividade do Instituto, a Administração, conservadoramente, passou a apresentar os rendimentos financeiros líquidos do correspondente IRRF estimado.

Os ajustes e reclassificações realizados estão assim demonstrados:

**(a) No balanço patrimonial**
**(a.1) No ativo**

<b>Ativo</b>	<b>Como originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reclassi- ficações</b>	<b>Reapre- sentado</b>
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.091.214	(45.438)		5.045.776
Títulos e valores mobiliários	402.479.470	(24.307.501)	(378.171.969)	
Adiantamentos a fornecedores	80.000			80.000
	<u>407.650.684</u>	<u>(24.352.939)</u>	<u>(378.171.969)</u>	<u>5.125.776</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários			378.171.969	378.171.969
Imobilizado	210.831			210.831
Intangível	1.357			1.357
	<u>212.188</u>		<u>378.171.969</u>	<u>378.384.157</u>
Total do ativo	<u>407.862.872</u>	<u>(24.352.939)</u>		<u>383.509.933</u>

**(a.2) No passivo e patrimônio líquido**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Como originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reclassi- ficações</b>	<b>Reapre- sentado</b>
Circulante				
Doações a pagar	2.648.572	(2.648.572)		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	115.386			115.386
Total do passivo	<u>2.763.958</u>	<u>(2.648.572)</u>		<u>115.386</u>
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	319.601.216	(6.791.864)		312.809.352
Superávit acumulado	85.497.698	(14.912.503)		70.585.195
Total do patrimônio líquido	<u>405.098.914</u>	<u>(21.704.367)</u>		<u>383.394.547</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>407.862.872</u>	<u>(24.352.939)</u>		<u>383.509.933</u>



**(b) Na demonstração do resultado**

	<b>Como originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reclassi- ficações</b>	<b>Reapre- sentado</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Doações	(7.587.210)	1.125.730		(6.461.480)
Despesas gerais e administrativas	(909.911)			(909.911)
Despesas com pessoal	(1.641.884)			(1.641.884)
Despesas tributárias	(446.353)	439.281		(7.072)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(10.585.358)</b>	<b>1.565.011</b>		<b>(9.020.347)</b>
Receitas financeiras	96.085.106	(16.477.514)		79.607.592
Despesas financeiras	(2.050)			(2.050)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>96.083.056</b>	<b>(16.477.514)</b>		<b>79.605.542</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>85.497.698</b>	<b>(14.912.503)</b>		<b>70.585.195</b>

**(c) Na demonstração dos fluxos de caixa**

Os ajustes efetuados na demonstração dos fluxos de caixa resultaram dos reflexos apresentados no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, os quais estão apresentados nos itens (a) e (b) acima.

**3 Estimativas e premissas contábeis críticas**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem ajustes nas demonstrações financeiras do Instituto.

**4 Instrumentos financeiros por categoria**

<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>	<b>Classifi- cação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b> (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	(i)	8.217	4.167
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	(ii)	45.582.966	5.041.609
Títulos e valores mobiliários - Fundo de investimento	(ii)	369.433.952	378.171.969
Adiantamentos a fornecedores	(i)		80.000
Outros ativos	(i)	17.855	
		<u>415.042.990</u>	<u>383.297.745</u>

**Classificação**

- (i) Ativos ao custo amortizado
- (ii) Ativos ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2020</b>	<b>2019</b> (reapresentado)
Aplicações financeiras (i)	45.582.966	5.041.609
Caixa e bancos	8.217	4.167
	<u>45.591.183</u>	<u>5.045.776</u>

- (i) Em 2020 o Instituto ampliou a aplicação de recursos em fundo de investimento de renda fixa, que têm como indexador a variação do CDI por meio da aplicação em cotas de outros fundos que alocam, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador.

**6 Títulos e valores mobiliários**

Representados por aplicação financeira em fundo de investimento exclusivo denominado Lisboa II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (“Fundo”).

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 20 anos de duração, a contar da primeira distribuição de cotas realizada em julho de 2013. Entretanto, iniciou suas atividades em março de 2016 e seu objetivo é aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco especial. A estratégia adotada decorre e reflete a política de investimento do Fundo, conforme descrito em seu regulamento. Ademais, as cotas serão resgatadas integralmente apenas ao término do prazo de duração do Fundo; contudo, as cotas poderão ser amortizadas parcialmente, sendo admitida uma única amortização a cada período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de ativos do Fundo está composta, substancialmente, por títulos públicos de renda fixa, do tipo “NTN-B”, com vencimentos acima de 365 dias da data de balanço.

A movimentação dos recursos financeiros no Fundo está assim representada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (reapresentado)
Saldo inicial	378.171.969	139.064.671
Aplicações		160.000.000
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários	6.261.983	79.107.298
Amortização de cotas	(12.489.578)	
Amortização de rendimentos	(2.510.422)	
Saldo final	<u>369.433.952</u>	<u>378.171.969</u>

**7 Imobilizado**

**(a) Movimentação dos saldos**

	<b>Equipa- mentos de informática</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	50.161	186.968	237.129
Aquisições	8.990		8.990
Depreciação	(13.785)	(21.503)	(35.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>45.366</u>	<u>165.465</u>	<u>210.831</u>
Custo total	71.168	215.034	286.202
Depreciação acumulada	(25.802)	(49.569)	(75.371)
Valor residual	<u>45.366</u>	<u>165.465</u>	<u>210.831</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	45.366	165.465	210.831
Aquisições	11.846		11.846
Depreciação	(15.547)	(21.503)	(37.050)
Baixa - custo	(4.584)		(4.584)
Baixa - depreciação	2.245		2.245
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>39.326</u>	<u>143.962</u>	<u>183.288</u>
Custo total	78.430	215.034	293.464
Depreciação acumulada	(39.104)	(71.072)	(110.176)
Valor residual	<u>39.326</u>	<u>143.962</u>	<u>183.288</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	<u>20%</u>	<u>10%</u>	



**8 Intangível**

**(a) Movimentação dos saldos**

	<u><i>Softwares</i></u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.824
Amortização	(467)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.357</u>
Custo total	2.337
Amortização acumulada	(980)
Valor residual	<u>1.357</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.357
Amortização	(467)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>890</u>
Custo total	2.337
Amortização acumulada	(1.447)
Valor residual	<u>890</u>
Taxa anual de amortização - %	<u>20%</u>

**9 Obrigações trabalhistas e previdenciárias**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para férias e encargos sociais	148.512	68.626
INSS a recolher	28.375	18.892
IRRF a recolher	4.942	23.215
ISS retido a recolher	3.465	174
PIS a recolher	1.262	443
Contribuições retidas a recolher	585	
FGTS a recolher		4.036
	<u>187.141</u>	<u>115.386</u>

**10 Patrimônio líquido**

O patrimônio social é composto: (i) pelas doações recebidas de associados fundadores (“*endowment*”), as quais são registradas diretamente no patrimônio social, e (ii) pelos resultados auferidos pela entidade (superávit ou déficit), por meio de transferência da conta Superávit (déficit) acumulado. A referida transferência ocorre após a aprovação das contas do exercício, pelos órgãos competentes da Administração, no ano subsequente.

Em março de 2019 o Instituto recebeu doação de R\$ 160.000.000, proveniente de associado fundador, motivo pelo qual foi registrada diretamente no patrimônio social.

**11 Receita líquida**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações		
Associados - com destinação específica	1.450.000	
Outros	<u>39.050.000</u>	
	<u>40.500.000</u>	

Em 2020, o Instituto recebeu, a título de doação, o montante de R\$ 40.500.000, sendo que R\$ 1.500.000 foi destinado para compra de insumos, na forma de medicamentos e/ou equipamentos destinados ao Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, visando ajudar no enfrentamento da Pandemia do COVID-19. O restante foi aplicado em fundos de investimento, com renda fixa.

**12 Doações**

As doações realizadas e os compromissos assumidos durante o exercício estão demonstrados da seguinte forma, por entidade donatária e natureza de projeto:

(a) Equidade

Entidades donatárias, por natureza de projeto	Em R\$					
	Total dos projetos aprovados em:		Doações efetivadas no exercício e reconhecidas no resultado		Doações previstas para efetivação em:	
	2020	2019	2020	2019 (reapresentado)	2021	2022
Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular - AFDDHFP	950.000		550.000		400.000	
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade - CEERT	700.000	300.000	295.000	180.000	350.000	175.000
Instituto Sincronicidade Para a Interação Social - ISPIS	687.489	150.000	319.191	75.000	221.649	221.649
Criola	600.000	256.890	278.445	128.445	300.000	150.000
Centro de Pesquisa e Ensino em Ciências Sociais - CEPECS	565.130	201.687	290.974	100.843	250.000	125.000
Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas	370.000	184.100	184.550	92.050	185.000	92.500
Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos - Fundo Brasil	325.000		162.500		162.500	
Instituto PROCOMUM	278.030		278.030			
Nexo Jornal Ltda. EPP.	264.840		219.920		44.920	
Associação Nacional de Quilombos para Cooperação - Negra Anastácia - CONAQ	250.000		250.000			
Odara Instituto da Mulher Negra	237.720		237.720			
Associação Cultural de Estudos Contemporâneos - ACEC	230.800		230.800			
AP Comunicação e Jornalismo Eireli. - Alma Preta	204.000		204.000			
Associação Casa Fluminense	240.500	120.000	200.498	60.000	100.000	
Associação Cultural Corpo Rastreado - aditivo de prazo	172.156		172.156			
Centro Nacional de Africanidade e Resistência - Afro-Brasileiro CENARAB	166.399		166.399			
Quiprocó Filmes Ltda.	149.500		149.500			
Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos - CNTD	138.000		138.000			
Fundação Tide Azevedo Setubal	100.000		100.000			
NMP Comunicação e Jornalismo - Nós, Mulheres da Periferia	70.320		35.160		35.160	
Sitawi	69.000		69.000			
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESEC	60.000		60.000			
Ilú Obá de Mim - Educação, Cultura e Arte Negra	58.040		58.040			
Instituto Nicho 54	49.990		49.990			
Associação Marielle Franco	49.980	162.000	130.980	81.000		
Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE	40.000		40.000			
Instituto Ceafro - ICEAFRO	28.200		28.200			
Instituto Betty e Jacob Lafer	8.000		8.000			
AFDDFP (UNEAFFRO)		140.000		140.000		
Associação Cultural de Estudos Contemporâneos (ACEC)		200.000		200.000		
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP		270.000	125.000	145.000		
Fundo Angela Borba de Recursos para Mulheres		250.000		250.000		
Geledés Instituto da Mulher Negra		800.000	400.000	100.000	300.000	
IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa - LAUT		106.000	53.000	53.000		
Instituto de Acesso à Justiça - IAJ		185.000	92.500	92.500		
Instituto Soma Cidadania Criatiava		350.000		350.000		
Irohini - Centro de Documentação, Comunicação e Memória - Afro-Brasileira		150.000	75.000	75.000		
Pedro Borges Franco Zimmermann do Nascimento (Alma Preta)		50.000		50.000		
	7.063.094	3.875.677	5.652.553	2.172.838	2.349.229	764.149

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020**
**Em reais**
**(b) Alimentação**

Entidades donatárias, por natureza de projeto	Em R\$					
	Total dos projetos aprovados em:		Doações efetivadas no exercício e reconhecidas no resultado		Doações previstas para efetivação em:	
	2020	2019	2020	2019 (reapresentado)	2021	2022
Associação de Controle do Tabagismo, Promoção da Saúde e dos Direitos Humanos - ACT	699.994	349.997	174.999	349.997	349.997	174.999
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE	550.000	330.000	250.000	330.000	200.000	100.000
Instituto o Joio e o Trigo	480.000	355.200	445.000	265.200	125.000	
Taboia Fortalecimento Comunitário	364.000	314.136	336.733	209.403	132.000	
Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE	350.000		250.000		100.000	
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	350.000	350.000	400.000	175.000	125.000	
Campanha Nacional de Direito a Educação - CNDE	300.318		150.159		150.159	
Associação Nacional da Agricultura Camponesa - ANAC	300.000		300.000			
Centro de Jornalismo e Investigação - Agência Pública	300.000		75.000		150.000	75.000
Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais	300.000		75.000		150.000	75.000
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUSP/Nupens	267.604		267.604			
SILO - Arte e LatITUDE Rural	250.000	77.000	150.000	77.000	100.000	
Data 14 - Funarbe	200.000		100.000		100.000	
Associação pela Propriedade Comunitária - FICA	199.635	50.000	124.818	50.000	74.818	
Instituto Comida do Amanhã	161.250		161.250			
Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - RBPESAN	160.000		160.000			
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	158.840	350.000	333.840	175.000		
Associação Slow Food do Brasil	96.000		96.000			
Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO	4.000	296.000	150.000	150.000		
Associação Brasileira de Agroecologia - ABA		60.000		60.000		
Cinemascópio Produções Cinematográficas e Artísticas		250.000	100.000	150.000		
Human Rights Watch		30.700		30.700		
Instituto Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA		250.000	125.000	125.000		
João Peres		10.000		10.000		
	<b>5.491.641</b>	<b>3.073.033</b>	<b>4.225.403</b>	<b>2.157.300</b>	<b>1.756.974</b>	<b>424.999</b>

**(c) Hospital Universitário Pedro Ernesto e Outras doações:**

Entidades donatárias, por natureza de projeto	Em R\$					
	Total dos projetos aprovados em:		Doações efetivadas no exercício e reconhecidas no resultado		Doações previstas para efetivação em:	
	2020	2019	2020	2019 (reapresentado)	2021	2022
<b>Hospital Universitário Pedro Ernesto e outros</b>						
Hospital Universitário Pedro Ernesto	1.475.656		1.475.656			
Instituto Sincronicidade Para a Interação Social - ISPIS	1.100.000		550.000		550.000	
Gênero e Número Comunicação Ltda.	100.000		100.000			
Instituto Reos	10.000		10.000			
Fundação Gol de Letra		25.000		25.000		
Instituto Betty e Jacob Lafer		60.000	30.000	30.000		
Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor)		185.000		185.000		
Instituto Socioambiental - ISA		368.500		368.500		
	<b>2.685.656</b>	<b>638.500</b>	<b>2.165.656</b>	<b>608.500</b>	<b>550.000</b>	
<b>Doações realizadas no exercício, relativas a projetos iniciados em anos anteriores:</b>				<b>1.522.842</b>		
	<b>15.240.391</b>	<b>7.587.210</b>	<b>12.043.612</b>	<b>6.461.480</b>	<b>4.656.203</b>	<b>1.189.148</b>

**13 Despesas gerais e administrativas**

A composição das despesas gerais e administrativas está demonstrada da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Manutenção em informática	(286.651)	(31.287)
Assessorias e consultorias	(177.559)	(176.750)
Alugueis	(174.642)	(171.800)
Comunicação e artes	(161.536)	(43.283)
Associação de classe	(80.555)	(18.777)
Manutenção em imóveis e móveis	(48.263)	(53.732)
Eventos	(44.608)	
Depreciação e amortização	(37.517)	(35.756)
Viagens e estadias	(34.255)	(177.800)
Serviços de terceiros	(26.452)	(4.702)
Fretes	(15.650)	(2.170)
Energia elétrica	(9.536)	(9.805)
Baixa de bens do imobilizado	(2.338)	
Materiais de escritório, limpeza e outros	(1.538)	(49.915)
Outras doações e patrocínios		(122.390)
Outras	(2.677)	(11.744)
	<u>(1.103.777)</u>	<u>(909.911)</u>

**14 Despesas com pessoal**

A composição das despesas com pessoal está demonstrada da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	(721.976)	(455.197)
Pró-labores	(649.500)	(570.500)
INSS	(339.736)	(245.707)
Assistência médica	(137.022)	(119.291)
Férias	(122.735)	(55.521)
Programa de alimentação do trabalhador	(106.598)	(67.007)
13º salário	(66.975)	(37.127)
FGTS	(66.544)	(38.496)
Refeições	(15.924)	(11.318)
Seguro de vida	(13.571)	(1.604)
PIS sobre folha de pagamento	(8.497)	(5.237)
Indenizações e aviso prévio		(25.643)
Treinamento		(9.236)
Outras	(1.780)	
	<u>(2.250.858)</u>	<u>(1.641.884)</u>

**15 Despesas tributárias**

A composição das despesas tributárias está demonstrada da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (reapresentado)
Impostos e taxas	(4.716)	(2.579)
IPTU	(4.536)	(4.493)
IOF	(1.103)	
	<u>(10.355)</u>	<u>(7.072)</u>

**16 Resultado financeiro**

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (reapresentado)
Receitas financeiras decorrentes de:		
Receitas de aplicações financeiras	292.402	500.294
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários (Nota 6)	6.261.983	79.107.298
Outras receitas financeiras	344	
	<u>6.554.729</u>	<u>79.607.592</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Outras despesas financeiras	(647)	(2.050)
Resultado financeiro	<u>6.554.082</u>	<u>79.605.542</u>

**17 Partes relacionadas**

As partes relacionadas do Instituto são representadas pelos associados fundadores, conselheiros e diretores. Com exceção da diretoria, que é profissional e remunerada, as demais partes relacionadas que mantém relações com o Instituto atuam de forma voluntária (vide Nota 21).

O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria. Em 2020, a remuneração total paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais, incluindo os encargos incidentes, representou R\$ 649.500 (2019 - R\$ 570.500).

**18 Provisão para contingências**

O Instituto não possui conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

**19 Cobertura de seguros**

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Foram contratados seguros para salvaguarda do imóvel alugado e do imobilizado do Instituto.

**20 Compromissos futuros**

Além das doações previstas para os próximos dois anos, provenientes de projetos já aprovados (Nota 12), o Instituto possui contratos de locações de imóveis, com vencimentos variados e renováveis. Em 31 de dezembro de 2020, os compromissos anuais de pagamentos futuros relacionados a esses contratos de aluguéis são de, aproximadamente, R\$ 187.277, por ano.

**21 Trabalhos voluntários**

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pelo Instituto de acordo com a Resolução CFC N<sup>o</sup> 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

O Instituto mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trabalhos voluntários de:		
Pessoas jurídicas	<u>268.274</u>	<u>          </u>
	<u>268.274</u>	<u>          </u>

Em 2019 os valores estimados foram considerados imateriais para fins de registro e divulgação.

**22 Impactos do COVID-19**

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o COVID-19 como pandemia, e deste então o Instituto vem tomando todas as medidas necessárias a prevenção, procurando atender solicitações dos órgãos de saúde dos governos Estadual e Federal, pensando no bem-estar de seus colaboradores.

O momento de calamidade pública afetou notoriamente os mercados financeiros mundial e nacional, o que resultou em impactos significativos com a queda dos preços dos ativos financeiros investidos pelo Instituto, por meio de suas aplicações em Títulos e valores mobiliários (Nota 6).

\* \* \*

ibirapitanga.org.br

rua dias ferreira, 78 s. 201  
rio de janeiro – rj  
22431-050 brasil

IBIRAPITANGA

## ESCLARECIMENTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO INSTITUTO IBIRAPITANGA

O Instituto Ibirapitanga, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 23.686.278/0001-60, desde sua constituição em 13 de novembro de 2015 teve suas atividades fins mantidas com doações de seus associados.

Em março de 2016, a diretoria e associados fundadores do Instituto, preocupados com sua continuidade, criaram um fundo patrimonial (*endowment*).

Este fundo é constituído exclusivamente de NTN-Bs de longo prazo, que rendem IPCA acrescido de uma taxa de juros. Esta taxa de juros é suficiente para cobrir as despesas regulares do Instituto Ibirapitanga.

O valor das NTN-Bs oscila com o mercado, razão pela qual o fundo pode apresentar déficits ou superávits contábeis que só seriam realizados com a venda dos títulos. Como estes não devem ser vendidos, uma vez que garantem a continuidade das atividades básicas do Instituto, tais déficits ou superávits são eventos apenas contábeis, não tendo qualquer impacto na gestão do Instituto.

Atenciosamente,

A Administração  
Instituto Ibirapitanga